

Em 29 de Agosto de 2005 — presidente da Comissão Regional de Reserva Agrícola;

Em 8 de Julho de 2004 — representante da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo na comissão técnica de acompanhamento da Directiva n.º 91/696/CEE, sobre a poluição provocada por nitratos de origem agrícola;

Em 16 de Dezembro de 1994 — coordenadora do Secretariado de Apoio à Unidade Regional de Gestão das medidas n.ºs 1, «Infra-estruturas agrícolas», 4, «IED, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos», e 5, «Incentivo aos produtores tradicionais regionais»;

Em 12 de Junho de 1991 — transitou para o quadro da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo com a categoria de técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro;

Em 29 de Novembro de 1990 — gestora regional do Programa Nacional de Drenagem e Conservação do Solo;

Em 9 de Novembro de 1989 — destacada para a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, desempenhando funções na Divisão de Solos e Engenharia Agrícola;

Em 20 de Fevereiro de 1980 — ingressou no quadro da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola na categoria de engenheiro de 2.ª classe;

Em 18 de Junho de 1979 — integrou uma equipa enviada para o Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso a fim de elaborar um estudo sobre erosão e um plano de conservação do solo do posto experimental;

Em 10 de Outubro de 1978 — iniciou a actividade profissional com a frequência do curso «Aperfeiçoamento em drenagem e conservação do solo», com a duração de sete meses, no âmbito do projecto «Drenagem e conservação do solo no Alentejo», Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Despacho (extracto) n.º 10 805/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Lúcio Cordeiro Esteves Carias para exercer, em regime de substituição, o cargo de delegado regional de Agricultura e Pescas de Portalegre desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Lúcio Cordeiro Esteves Carias, casado, natural de Nisa, nascido em 20 de Novembro de 1958.

Formação académica — curso de Regente Agrícola, pela Escola de Regentes Agrícolas de Évora, concluído em 19 de Julho de 1978. Outras formações relevantes:

Curso de Gestão de Recursos e Informação de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2005;

Curso de Introdução ao ArcGIS (8.X) nível I, ESRI Portugal, 2004; Curso de técnicos coordenadores de centros de prevenção e detecção, DGRF, Caldas da Rainha, 2004;

Seminário Florestação de terras agrícolas, DGDR, Lisboa, 2001; Curso de intervenções silvícolas na prevenção de incêndios, FORESTIS, no Instituto de Biologia Molecular e Celular, Porto, 1998.

Curriculum profissional:

Em 26 de Janeiro de 2007 foi promovido, precedendo concurso, a técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário, ficando afecto à Zona Agrária de Portalegre;

Em 31 de Maio de 2006, por despacho do director-geral dos Recursos Florestais, fica afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo, estrutura desconcentrada da DGRF — representante da DGRF — CFS nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios; oficial de ligação da DGRF com o CDOS para o território do Núcleo;

Em 2004 e 2005, como técnico da DGRF, desempenha funções em colaboração com o comandante do CDOS (Comando, Detecção, Operações e Socorro);

Em Abril de 2004, por conveniência do serviço, fica afecto a um dos serviços desconcentrados da DGRF, Núcleo Florestal do Alto Alentejo, para participar e desempenhar a função de coordenador do Centro de Prevenção e Detecção (CPD) — 022, em Portalegre;

Em Junho de 1997, fica afecto à Direcção de Serviços das Florestas da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, onde desempenha funções no âmbito da Divisão de Protecção e Conservação Florestal;

Em 23 de Julho de 1990, fica afecto ao Sector de Ajudas ao Investimento;

De Fevereiro de 1987 a Agosto de 1989, coordenador e orientador do Plano de Recolocação de Pequenos e Médios Agricultores abrangidos por entregas de reservas, bem como a consolidação entre os beneficiários da entrega, com os pequenos e médios agricultores, na zona de intervenção da Reforma Agrária, funções que desempenhou cumulativamente com as de Responsável do Sector de Gestão e Estruturação Fundiária de Portalegre;

Em 20 de Novembro de 1980 iniciou a sua actividade na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, Sector de Gestão e Estruturação Fundiária;

De 1 de Outubro de 1979 a 19 de Novembro de 1980, iniciou, na Escola Secundária de Serpa, as funções de professor provisório do 11.º grupo B, disciplinas de Ciências da Natureza e Biologia.

Despacho n.º 10 806/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a assessora principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciada em Sociologia Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Desenvolvimento Rural Sustentável desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Maria Helena Coelho Rebelo Marques Bravo Cosinha, casada, natural de Viana do Castelo, nascida em 16 de Agosto de 1953.

Formação académica — licenciatura em Sociologia pela ESESE (Escola Superior Económica e Social de Évora) (1976);

Outras formações relevantes — frequentou diversas acções de formação nos domínios do associativismo agrícola, desenvolvimento rural, formação profissional, cessação de actividade agrícola e reforma antecipada.

Experiência profissional:

2002-2007 — desempenhou funções técnicas na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo. Responsável pela coordenação ao nível regional da Intervenção Reforma Antecipada — RURIS. No âmbito do associativismo agrícola, prestou apoio técnico à constituição e reconhecimento de cooperativas, organizações e agrupamentos de produtores e foi responsável pela apreciação dos pedidos de apoio financeiro das organizações de produtores florestais (AGRIS n.º 3.1);

1997-2002 — chefe de divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da DRAAL. No âmbito das suas funções, integrou vários grupos de trabalho nomeadamente como representante no grupo de trabalho para a certificação de produtos agro-alimentares presidido pela DGDR (Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural). Representou a DRAAL na comissão regional do RIME (Regime de Incentivos às Micro-Empresas), presidida pela Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. Integrou o grupo de trabalho designado para apresentar a proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 335/99 (regulamentação das cooperativas agrícolas). Coordenou ao nível regional o Programa de Apoio aos Pequenos Agricultores, no âmbito do mercado social de emprego. Foi coordenadora regional do grupo de trabalho que elaborou as propostas de regulamentação

da acção n.º 2 da medida AGRIS, «Desenvolvimento dos produtos de qualidade», do QCA III — PDR;

1994-1997 — chefe de divisão de Formação Profissional e Associativismo. Responsável pela elaboração e execução do plano de formação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores rurais, no âmbito do Programa Quadro do Ministério da Agricultura para a Formação Profissional Agrária, medida n.º 6 do PAMAF, e coordenadora da actividade das infra-estruturas de formação da DRAAL. Nomeada substituta do presidente da unidade de gestão regional da medida n.º 6 do PAMAF. Na área do associativismo agrícola, coordenou o apoio às organizações de agricultores da região Alentejo, designadamente no respeitante à aplicação da medida n.º 4 do PAMAF, na componente «Organização», e foi substituta do representante da DRAAL na unidade nacional de gestão daquela medida. Representou a DRAAL na unidade de gestão regional do regime de ajudas à cessação de actividade agrícola;

1991-1994 — responsável do gabinete de apoio ao chefe da zona agrária de Elvas e pelo Núcleo de Valorização do Meio Rural. Integrou a equipa incumbida da implementação e acompanhamento do Plano de Modernização Administrativa da DRAAL para 1993-1994;

1984-1991 — responsável pelo sector de extensão rural da zona agrária de Elvas, que tinha a seu cargo o apoio técnico às organizações de agricultores, a instalação de jovens agricultores, a gestão conjunta das explorações agrícolas e a formação profissional. Em Junho de 1987 foi nomeada adjunta do chefe da zona agrária de Elvas, mantendo-se como responsável daquele sector.

Entre 1986 e 1993 foi formadora no âmbito do associativismo agrícola em diversas acções de formação para agricultores, cursos base de agricultura e de jovens empresários agrícolas;

1980-1984 — técnica da Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária da Sub-Região Barlavento da Direcção Regional de Agricultura do Algarve. Membro da equipa que elaborou e desenvolveu todas as fases de recolha, tratamento e apuramento de dados à elaboração do relatório final do inquérito aos sócios da Cooperativa Agrícola de Silves. Desempenhou funções no âmbito do associativismo agrícola;

1978-1980 — responsável pela Repartição de Pessoal e Assuntos Gerais da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo. Em Novembro de 1979 foi nomeada, em regime de substituição, para exercer o cargo de chefe daquela Repartição. Foi secretária do conselho técnico regional;

1976-1978 — técnica do Centro Regional de Reforma Agrária de Castelo Branco, integrada na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, onde realizou diversos estudos de carácter sociológico (inquéritos) com vista à fundamentação da tomada de decisões.

Despacho (extracto) n.º 10 807/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações no normal e desejável funcionamento daquelas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo licenciado em Engenharia Agronómica Luís Manuel Bico Moura Didelet para exercer, em regime de substituição, o cargo de delegado regional de Agricultura e Pescas de Santiago do Cacém desta Direcção Regional.

A presente nomeação é fundamentada no perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e na competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da nota curricular anexa ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 5 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório*.

Nota curricular

Luís Manuel Bico Moura Didelet, solteiro, natural de Santos-o-Velho, Lisboa, nascido em 17 de Setembro de 1952.

Formação académica — curso de Engenharia Agronómica (especialidade de Agro-Pecuária), do Instituto Superior de Agronomia, concluído em 31 de Julho de 1978.

Outras formações relevantes:

Curso de formação profissional — Gestão por objectivos e avaliação do desempenho, com a duração de vinte e uma horas, organizado pela Universitas — Consultores de Gestão, S. A., Évora, entre 13 e 15 de Dezembro de 2006;

Curso de formação profissional técnicas de entrevista de avaliação de desempenho, com a duração de quinze horas, organizado pela

SCALCONSULT — Consultores, L.ª, Évora, entre 16 e 19 de Outubro de 2006;

Curso de técnicos conselheiros em PAC, com a duração de cento e cinco horas, de 14 de Outubro a 8 de Novembro de 1996, organizado pela Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural;

Curso de formação no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 797/85, com sessenta horas de duração, organizado pela Direcção de Serviços de Formação Profissional Agrária, de 29 de Setembro a 14 de Novembro de 1986;

Curso de formação de extensionistas, entre 11 de Julho e 23 de Setembro de 1983, com duzentas horas de duração, organizado pela Direcção-Geral de Agricultura.

Curriculum profissional:

Em 11 de Dezembro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado;

Em Setembro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação de revisão do Plano Director Municipal de Odemira;

Em 20 de Março de 2006 foi nomeado responsável pelo Agrupamento de Zonas Agrárias do Alentejo Litoral;

Em 10 de Fevereiro de 2006 foi promovido, no âmbito do SIADAP, a assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 6 de Janeiro de 2006 foi nomeado representante da DRAAL na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral;

Em 21 de Abril de 2003 foi nomeado representante da Zona Agrária de Alcácer do Sal;

Em 15 de Março de 2002 foi nomeado representante da DRAAL no júri avindor da Associação de Beneficiários do Vale do Sado;

Em 2 de Maio de 2001 foi promovido, precedendo concurso, a assessor da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 23 de Fevereiro de 2001 foi nomeado representante da DRAAL para o subgrupo de trabalho para a implementação de programas zonais agro-ambientais para a área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;

Em 1997 foi colocado na Divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, na área geográfica abrangida pelo Agrupamento de Zonas Agrárias do Alentejo Litoral, onde exerceu, entre outras, as funções de validação de projectos da medida n.º 1 do PAMAF («Pequenos regadios e electrificação»), elaboração de pareceres relativos ao fraccionamento de prédios rústicos e à isenção de sisa e análise de processos relativos ao regime de ajudas às medidas agro-ambientais;

Em 17 de Outubro de 1995 foi promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Novembro de 1994 foi nomeado coordenador da área de mercados e garantia agrícola da Zona Agrária do Vale do Sado, desempenhando funções no âmbito dos prémios e ajudas comunitárias, de elaboração de processos de candidatura, análise e controlo;

Em 15 de Março de 1991 foi promovido, precedendo concurso, a técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Fevereiro de 1989 foi nomeado para a equipa técnica do PDAR do Vale do Sado, a tempo parcial;

Em 1 de Março de 1988 foi nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da DRAAL;

Em Setembro de 1986 foi nomeado responsável pelo Sector de Crédito da Zona Agrária de Alcácer do Sal, com as funções inerentes à aplicação do Regulamento (CEE) n.º 797/85, entre outras, a de análise de projectos de investimento;

Em 1984 participou no grupo coordenador de viabilidade económica de cooperativas da DRAAL;

Em 1983 e 1984 foi co-responsável pelo Sector de Gestão e Estruturação Fundiária de Alcácer do Sal e responsável pela Secção de PM Agricultores;

Em 2 de Fevereiro de 1981 foi contratado além do quadro com a categoria de engenheiro de 2.ª classe da carreira de engenheiro;

A partir de 1979 passou a integrar o SGEF de Alcácer do Sal, desempenhando diversas funções, entre outras, as relativas ao disposto no Decreto-Lei n.º 111/78, de 27 de Maio, incluindo o parcelamento de prédios rústicos e restantes procedimentos inerentes aos processos de concursos públicos;

Em 2 de Outubro de 1978 foi admitido na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, para o Sector de Produção Animal de Alcácer do Sal.

Despacho (extracto) n.º 10 808/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, tendo, por meu despacho de 5 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes, por forma